



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 1052, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021.

ALTERA A LEI Nº 907, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, ESTADO DE ALAGOAS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 907, de 19 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal, passando a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 182. Mediante requerimento feito dentro de período estabelecido em Decreto, serão isentos do IPTU:

I - os imóveis alugados ou cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso do Município de Campo Alegre/AL;

II - beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, do Bolsa Família ou do Bolsa Alegre, desde que seja o único imóvel e que este seja efetivamente utilizado para sua moradia, cuja metragem do imóvel seja de até 600m² (seiscentos metros quadrados);

III - portadores de moléstia profissional, única tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson ou de Alzheimer, espondiloartrose anquilosante, neuropatia grave, estado avançado de doença de Paget, contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida ou fibrose cística, desde que seja o único imóvel e que este seja efetivamente utilizado para sua moradia, mediante apresentação do respectivo laudo médico;

IV - O Microempreendedor Individual - MEI, no primeiro ano de registro em apensa, ficando o percentual reduzido para 50% (cinquenta por cento) nos anos subsequentes, limitado a imóvel que funciona a empresa;

V - imóveis onde funcionem templos religiosos;

VI - imóveis de interesse histórico, cultural, ecológico ou de preservação paisagística ou ambiental, assim definidos por ato do Poder Executivo Municipal;

VII - imóveis que sediem entidades sem fins lucrativos, desde que devidamente legalizadas e reconhecidas pelo Município.

Parágrafo primeiro. Os imóveis pertencentes a pessoas físicas e jurídicas que contribuam para a coleta seletiva de resíduos sólidos poderão receber desconto no valor do IPTU, na forma em que for estabelecida em Lei ou Decreto, limitado a único imóvel por CPF ou CNPJ.

Parágrafo segundo. Os pedidos de isenções de que tratam este artigo deverão ser requeridos dentro do período a ser determinado por Decreto, o qual será expedido anualmente a cada exercício fiscal, sob pena de perda do direito, e consequentemente,



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO

obrigação de pagamento do tributo, respeitando-se o prazo mínimo de 15 (quinze) dias ininterruptos para realização do pedido.

.....
Art. 226. Com exceção da primeira licença de localização e de funcionamento do estabelecimento, a referida licença será concedida pelo órgão competente, mediante expedição do respectivo Alvará, por ocasião do prosseguimento de suas atividades, mediante requerimento por escrito, devendo serem anexadas certidão negativa de débito, a seguir:

- a) Certidão negativa de débitos municipais de Campo Alegre/AL, referente ao imóvel onde será instalado o estabelecimento;
- b) Certidão negativa de débitos municipais de Campo Alegre/AL, em nome do requerente do alvará.

§1º Nenhum Alvará de Licença para Localização e para Funcionamento será expedido sem que o local de exercício da atividade esteja de acordo com as exigências mínimas de funcionamento, constante das normas vigentes, através de setores competentes.

§2º O funcionamento de estabelecimento sem o Alvará, fica sujeito à lacração, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

§3º O Alvará será expedido mediante o pagamento da taxa respectiva, devendo nele constar, entre outros, os seguintes elementos:

- I - nome da pessoa física ou jurídica a quem for concedido;
- II - local do estabelecimento;
- III - ramo de negócio ou atividade;
- IV - número de inscrição e número do processo de vistoria;
- V - horário de funcionamento, quando houver;
- VI - data de emissão e assinatura do responsável;
- VII - prazo de validade, se for o caso;
- VIII - código de atividade principal e secundária.

§4º É obrigatório o pedido de nova vistoria e expedição de novo Alvará, sempre que houver mudança do local do estabelecimento, da atividade ou ramo de atividade, concomitantemente com aqueles já permitidos.

§5º É indispensável o pedido de vistoria de que trata o parágrafo anterior, quando a mudança se referir ao nome da pessoa física ou jurídica.

§6º A modificação da licença, na forma dos §§ 4º e 5º deste artigo, deverá ser requerida no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que se verificou a alteração.

§7º Nenhum estabelecimento poderá prosseguir em suas atividades sem o pagamento da taxa de licença para funcionamento do respectivo exercício.

§8º O Alvará de Licença para Localização e para Funcionamento terá validade até o dia 31 de dezembro de cada ano, salvo expressa disposição em contrário, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, ou, nos casos de parcelamento de dívida tributária, que perderá a validade a partir da notificação do contribuinte decorrente da inadimplência de pagamento de alguma parcela.

§9º O Alvará de Licença para Localização e para Funcionamento poderá ser cassado a qualquer tempo quando:

- a) o local não atenda mais às exigências para o qual fora expedido, inclusive quando ao estabelecimento seja dada destinação diversa.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

GABINETE DO PREFEITO

b) a atividade exercida violar normas de segurança, sossego público, higiene, costumes, moralidade, silêncio e outras previstas na legislação pertinente.

.....
Art. 324-A. Os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, que estiverem em débito para com a fazenda municipal de Campo Alegre somente poderão transacionar com as repartições públicas municipais no caso de o crédito a vir a receber for em quantia suficiente para quitar integralmente a Dívida Ativa Tributária do Município, que se dará, obrigatoriamente, mediante compensação.

Parágrafo único – A não quitação integral da Dívida Ativa Tributária impede:

I – O recebimento de quaisquer quantias ou créditos que os devedores tiverem com o município de Campo Alegre/AL;

II - A participação em processo licitatório seja qual for a modalidade;

III – Fornecimento de mercadorias e serviços;

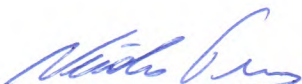
IV – celebração de convênios ou contratos de qualquer natureza e quaisquer outros atos que importem transação.

V – permissão e concessão de serviço público;

VI – Expedição de alvará de qualquer espécie.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar as alterações promovidas nesta Lei por Decreto, no que couber.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA
Prefeito

A presente Lei foi publicada, registrada e arquivada na Secretaria de Administração, Gestão e Planejamento desta municipalidade, em 20 de dezembro de 2021.


DÉBORA CRISTINA DA SILVA
Secretária Adjunta Municipal de Administração, Gestão e Planejamento